

## Alfabetização e trajetórias escolares a Sul. O caso de Loulé (séculos XIX e XX)

Fernando Luís Gameiro\*

\*Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS.UÉ)

**Resumo:** O texto parte de uma abordagem basilar sobre a alfabetização, no Alentejo e no Algarve. Os dados dos censos da população são contextualizados com recurso a fontes disponíveis no Arquivo Municipal de Loulé. Partindo da base de indivíduos alfabetizados, identifica-se um grupo de estudantes algarvios que prosseguiu estudos, e para os quais se procedeu à reconstituição dos percursos escolares e profissionais.

O texto é constituído por duas partes. A primeira caracterizará o esforço de alfabetização, realizado entre as décadas de 1870 e de 1940, e analisará os seus resultados em perspetiva comparada. O foco será colocado no cotejo com os países da Europa do Sul e nas regiões ibéricas da Andaluzia, do Alentejo e do Algarve.

A segunda parte centrar-se-á no estudo da progressão, para além do ensino primário, de um grupo de estudantes louletanos<sup>1</sup>.

**Palavras-chave:** Alfabetização do Algarve; Liceu de Évora; Elites; Educação.

### 1 - Introdução

Em matéria de fontes e de metodologia, é importante referir que, para além dos recenseamentos gerais, a documentação utilizada para o estudo da instrução no século XIX e nas primeiras décadas do século XX tem origem na necessidade de a administração central organizar o sector do ensino. Este processo, à semelhança do que aconteceu noutros países europeus, teve início no século XIX, altura em que as exigências da industrialização, nuns casos, a mudança de sistema político ou o ímpeto nacionalista, noutros, impuseram ao Estado a tarefa de alfabetizar.

No caso português, os interlocutores entre o Terreiro do Paço e o país real eram os Governos Cívicos, liderados por figuras da confiança dos executivos e com eles sintonizados. No referente ao ensino primário, estas estruturas recolhiam informação através das Câmaras Municipais e das estruturas que lhes estavam associadas. Por esta razão o Arquivo Municipal de Loulé forneceu algumas das fontes privilegiadas neste estudo, dados que foram contextualizados com estudos disponíveis para a região.

No caso dos ensinos secundário e superior, foram usadas fontes primárias disponibilizadas pela Rede de Arquivos Escolares de Évora (RAEEV), em particular pelo Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia, que tem à sua guarda o fundo do antigo Liceu de Évora. Para a reconstituição das trajetórias depois do ensino secundário, foi utilizada, entre outra, a documentação do Arquivo do Museu de Ciência da

---

1. Perkin, Harold – *The Rise of Professional Society. England Since 1880*, London: Routledge, 1999.

Universidade de Lisboa, do Arquivo Histórico Militar, da biblioteca do Instituto Superior de Agronomia e dos Arquivos da Universidade de Coimbra.

Quanto às fontes estatísticas, recorreremos aos recenseamentos decenais da população, com início em 1864, e aos anuários estatísticos de Portugal.

## 2 - O processo de alfabetização em Portugal

Em Portugal, do ponto de vista historiográfico, em matéria de estudos sobre a alfabetização, as referências fundamentais podem situar-se por décadas: a de 1980, com Rui Ramos; a de 1990, com Jaime Reis; e a de 2000, com Luciano Amaral. Recentemente, Jaime Reis e Nuno Palma utilizaram fontes de natureza diversa dos anteriores: estudaram o processo de alfabetização de um número significativo de mancebos recenseados para cumprirem o serviço militar<sup>2</sup>.

O trabalho pioneiro de Rui Ramos, na senda da produção das escolas francesa e inglesa, nomeadamente dos trabalhos de François Furet e de Jacques Ozouf ou de Harvey J. Graff, foca-se nos contextos em que decorreram os processos de alfabetização<sup>3</sup>.

Jaime Reis (1993) colocou a ênfase nas idiossincrasias da nossa História, e das especificidades dos nossos recursos, para explicar o nosso desfasamento em matéria de alfabetização, relativamente aos outros países europeus<sup>4</sup>.

As duas teses comungam do princípio de que a procura dos serviços de instrução básica era pouco estimulável, sobretudo devido ao forte apelo do mundo do trabalho. Para o orçamento familiar o contributo do trabalho das crianças em idade escolar não era negligenciável.

Luciano Amaral sublinhou a reconciliação da Igreja com o Estado Novo e o pragmatismo deste regime na simplificação do sistema de ensino primário, como fatores explicativos para o incremento das taxas de alfabetização a partir de 1930.

Recentemente, Jaime Reis e Nuno Palma questionaram a forma como a história da alfabetização tem diminuído, por razões ideológicas, o papel que o Estado Novo terá tido neste processo<sup>5</sup>.

No texto que agora apresentamos, mais do que comparar exaustivamente taxas e níveis, pretendemos caracterizar os cenários em que se desenrolou o esforço de alfabetização no Alentejo e no Algarve. Estas duas regiões, pese embora o facto de a geografia e o tipo de propriedade as distinguirem, apresentam pontos em comum no que concerne à alfabetização<sup>6</sup>.

---

2. Palma, Nuno – «Terá o Estado Novo deixado um país de analfabetos?». In O Eco [em linha] <https://eco.sapo.pt/opiniao/tera-o-estado-novo-deixado-um-pais-de-analfabetos/> [Consultado em 15.08.2019] : «usando dados inéditos sobre mais de 4600 indivíduos, retirados da documentação depositada no Arquivo Geral do Exército, nós mostramos estatisticamente que este fenómeno verificou-se em todas as classes sociais, resultando de ações políticas do regime e não do aumento dos rendimentos das famílias ou de outros fatores».

3. Graff, J. H. – *The Literacy Myth: Literacy and Social Structure in the Nineteenth Century City*. New York: Academic Press, Inc., 1979.

4. Reis, Jaime – *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

5. Reis, Jaime e Palma, Nuno – *Op. Cit.*, 2019.

6. A equação da evolução das tendências historiográficas no estudo da alfabetização pode encontrar-se em Graff, V. Harvey – *Op. Cit.*, pp. 203-222. Em Portugal dois estudos pioneiros foram produzidos por Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», in *Análise Social*, vol. XXIV, (103-104), 1988, (4<sup>o</sup>-5<sup>o</sup>), 1067-1145.

Embora não perdendo de vista a dimensão económica, é na perspetiva da procura dos contextos sociais, que envolvem os baixos índices de alfabetização, as reduzidas taxas de escolarização e a aparente inconsistência da frequência escolar, que se situa esta abordagem. A rede de escolas primárias nestas regiões periféricas produzia poucos alfabetizados, facto que tornava muito exclusiva a progressão para os níveis de ensino secundário e superior.

Em contraponto à Grécia, Itália, Espanha ou Portugal, os países escandinavos, a Escócia e a Suíça alfabetizaram-se integralmente antes do século XIX. Em Portugal, o princípio de um sistema de ensino público elementar existia desde a segunda metade do século XVIII e era gratuito desde 1835. Daqui emerge a tese de que, durante o século XIX, a instrução pública garantida nas leis e pressupondo a noção tradicional de Escola - instalações adequadas onde um professor ensina os alunos - funcionou como um obstáculo ao desenvolvimento de um tipo de alfabetização, menos formal, ligado às necessidades e interesses das populações<sup>7</sup>.

Embora com reservas imputáveis à qualidade das estatísticas da época, estima-se uma evolução da taxa de analfabetismo de 82,4% em 1878, 79,2% em 1890, para descer ligeiramente em 1900, apresentando um valor de 78,6%.

Em 1860, a Espanha passava de uma taxa de analfabetismo de 76% para apenas 60% em 1900. Foi um crescimento rápido que ofusca o esforço de alfabetização português, pois só em 1950 lograríamos atingir a metade da população alfabetizada. O nível atingido em 1910 era aproximadamente o da Espanha entre 1850 e 1860 e o da Itália entre 1860 e 1870, ou seja, apresentávamos um atraso de cerca de meio século<sup>8</sup>.

Comparando o Alentejo e o Algarve com a Andaluzia Ocidental, verificamos que, quer os níveis de partida na década de 1870, quer os de chegada no início do século XX, revelam situações distintas em regiões de características fundiárias semelhantes. Diferente parece ser o caso do Algarve que, com uma estrutura fundiária mais próxima da do Norte, apresenta indicadores semelhantes aos do Alentejo.

A literatura e a imprensa da época insistiam na noção de que o esforço de difusão do ensino elementar e os seus resultados passavam pelo número de escolas. Um jornal garantia que a «instrução primária tem progredido alguma coisa nesta cidade», já que todas as freguesias possuíam escolas do sexo feminino e em breve se esperava completar o «quadro das escolas do sexo masculino»<sup>9</sup>.

O advento da República amplificou a ideia de instrução popular difundida durante o século XIX. *O Alvanéu*, órgão republicano radical de Santiago do Cacém, no Alentejo Litoral, admitia que para a difusão da instrução era «necessário que o governo da República crie muitas escolas e um bom corpo de professores», mas acrescentava que cabia aos pais o incentivo para enviarem os filhos à escola<sup>10</sup>.

7. Cf. Ramos, Rui – «O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX)». In *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp 41-47. O autor vai mais longe defendendo a tese de que um ensino menos formal – sem uma aposta exclusiva do Estado no aumento do número de professores e de escolas – mais flexível e adaptado às necessidades práticas das populações poderia ter resultados mais significativos. Idem, *ibidem*, pp. 49-52.

8. Dados para comparação internacional e dificuldades de comparação de taxas de alfabetização cf. António Nóvoa – *Les Temps des Professeurs*. Lisboa: JNIC. 1985, vol I, p. 352. Também Jaime Reis – *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992; Ramos, Rui – *Op. Cit.*, 1993, pp. 42-46.

9. *O Manuelinho d'Évora*, nº 217, 17 de Março de 1885.

10. *O Alvanéu*, nº1, 16 de Março de 1911.

Na mesma região e para o mesmo período, *O Semeador* confirmava estas ideias, reivindicando o aumento do número de escolas que não «chegavam nem para metade dos vinte mil habitantes do concelho»<sup>11</sup>.

A alfabetização estava centrada na escola, local por excelência do processo de ensino/aprendizagem<sup>12</sup>. Na verdade, a expansão da rede escolar em Portugal, na segunda metade do século XIX, produziu um crescimento significativo no número de escolas devido, segundo alguns autores, ao facto de a Regeneração ter criado condições sociopolíticas que permitiram a difusão da rede de ensino público. Entre 1862 e 1900, o número de escolas primárias públicas triplica. Neste crescimento, insere-se também o aumento do número de escolas femininas: 153 em 1862, para 1345 em 1900. A nível masculino, e em igual período, passou-se de 1429 para 2825 escolas<sup>13</sup>.

O Estado parece não ter esquecido a difusão das primeiras letras junto do género feminino. Como iremos verificar, uma das especificidades do processo de alfabetização no Algarve é o notável desempenho das raparigas algarvias quando comparadas com as congéneres alentejanas. Aqui, as distâncias e a agressividade do clima podem ter favorecido o litoral em detrimento do interior.

A este empenho na difusão institucional do ensino deveria corresponder uma importante repercussão nas taxas de alfabetização. Porém, ao esforço do Estado na criação de escolas não correspondeu uma tão espetacular evolução nos índices de alfabetização obtidos durante os regimes da Monarquia Constitucional e da Iª República.

Rui Ramos mostrou que, em perspetiva comparada, a alfabetização na Europa foi feita à revelia da escola, instituição entendida como lugar de aprendizagem dos saberes fundamentais. O contrário aconteceu em Portugal. Na Europa, o domínio das letras desenvolveu-se em contextos menos formais, com resultados brilhantes comprovados em países como a Suécia ou a Finlândia<sup>14</sup>.

Entre 1844 e 1859, os relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (CSIP) não detetavam grandes divergências entre o país, o Alentejo e o Algarve. O facto de sistematicamente não se discriminar estas regiões relativamente a outras províncias, ou ao país em geral, pode ser interpretado como uma menor preocupação das autoridades responsáveis, no caso o CSIP, em relação a regiões periféricas. No início da década de 50, os relatores salientam que “o país inteiro” ia entrando neste movimento. Referiam-se ao avanço da instrução com a criação de 122 novas escolas no biénio de 1853-1854<sup>15</sup>.

A tendência mantém-se sem que existam, entre 1878 e 1940, programas específicos para os resultados negativos decenalmente revelados pelos censos.

### **Alentejo e Algarve: regiões diferentes, problemas comuns.**

São as duas regiões com menor número de alfabetizados: no caso do Alentejo predomina o trabalho assalariado e diminuem as práticas religiosas. O elevado número de proletários seria uma característica do Algarve. O valor das rendas que pagavam

11. *O Semeador*, nº 3, 30 de Abril de 1911 e nº 13 de 9 de Julho de 1911.

12. Sobre os pressupostos teóricos desta tendência nacional e a discussão das opções da política educativa, ver Ramos, Rui – *Op. Cit.*, 1993, pp. 41-52

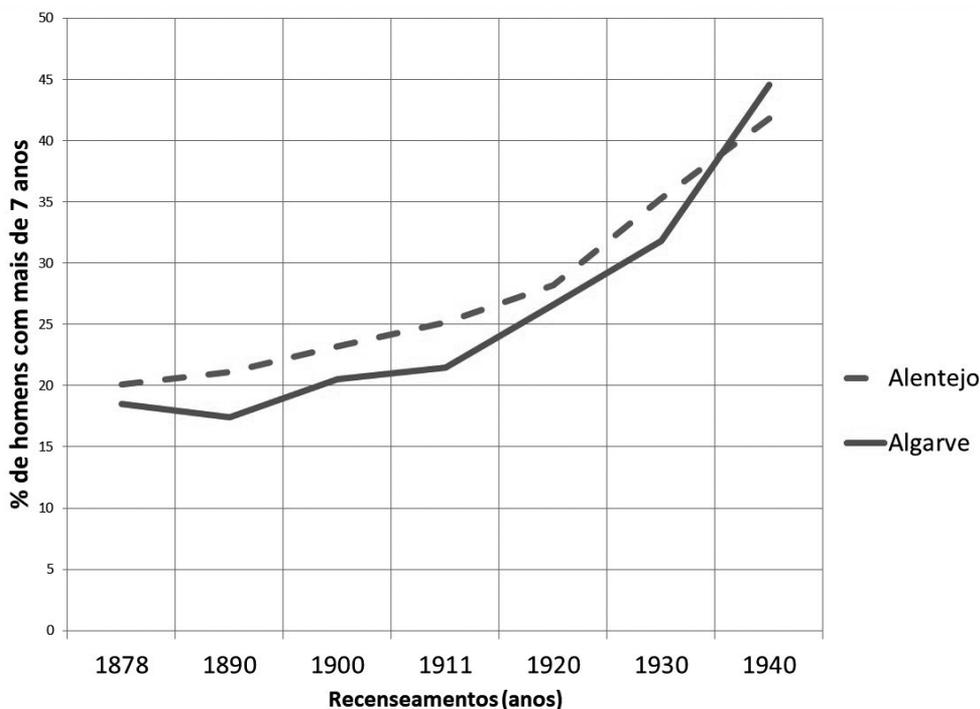
13. Cf. por ex. Nóvoa, António – *Op. Cit.*, 1987, pp. 345-349.

14. Cf. Ramos, Rui, *Op. Cit.* 1988, p. 1100.

15. *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública*, 1985, (1853-1854) 173.

aos proprietários retirava-lhes grande parte do rendimento<sup>16</sup>. O número de sacerdotes que ensinavam no Sul, na segunda metade do século XIX, era diminuto<sup>17</sup>. No Norte, a devoção e a pequena propriedade marcavam o terreno e o grau de alfabetização era superior. O Algarve ultrapassou o Alentejo, de acordo com os dados do recenseamento de 1940, e para a alfabetização dos homens, com mais de 7 anos, apenas na entrada da segunda metade do século XX (Figura 1). Seria provável que acontecesse mais cedo, considerando a estrutura fundiária e o povoamento mais próximo do Norte, região precocemente mais alfabetizada do que o Sul.

**Figura 1 – Alfabetização masculina (> 7 anos) no Alentejo e no Algarve (1878-1940)**



Fonte: INE. Censos para os anos indicados

No caso das raparigas, quando comparadas as duas regiões, a situação invertia-se. Praticamente desde que há dados oficiais, as mulheres algarvias dominavam mais os saberes fundamentais do que as mulheres alentejanas (Figura 2). Este fenómeno constituiu um dos dados mais relevantes para o qual Rui Ramos chamou a atenção. Em 1940, havia mais mulheres a saber ler no distrito de Faro do que no de Coimbra. A diferença era abissal no que concerne à alfabetização masculina separada por quase vinte pontos percentuais quando comparados os dois distritos: nas regiões com maior dinâmica económica, a alfabetização masculina antecedeu a feminina. Nas regiões que apresentavam menor desenvolvimento, há uma relação de maior proximidade nos níveis de domínio da leitura e da escrita entre homens e mulheres. No caso das regiões do

16. Ramos – *Op. Cit.*, 1988, p. 1099.

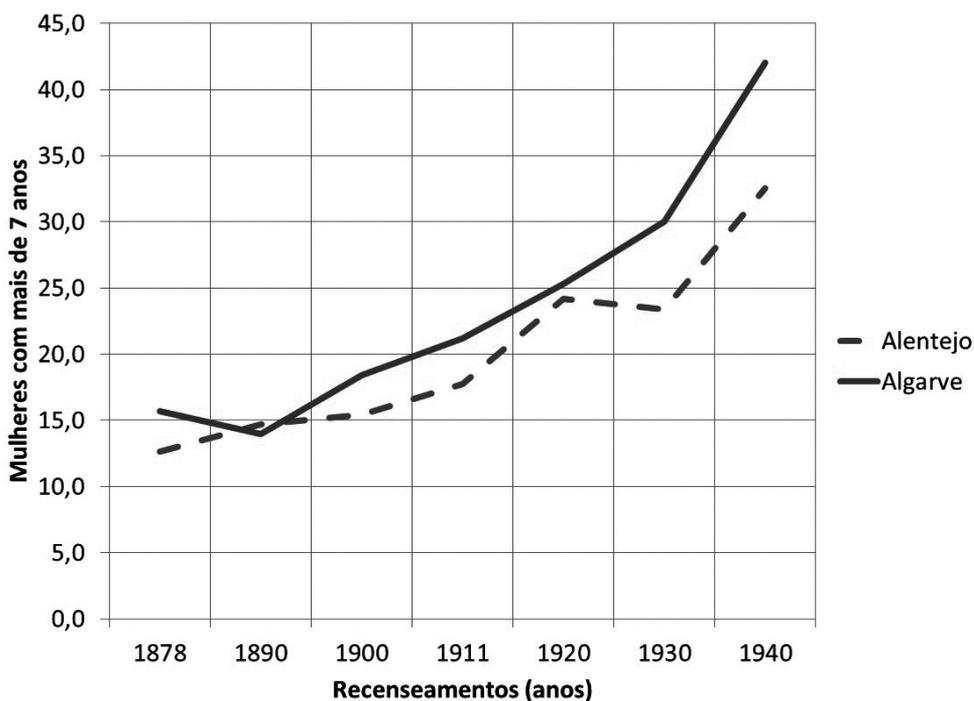
17. *Idem, ibidem*, p. 1095.

Sul, é nas cidades e vilas que se agrega a maior parte da população letrada, fenómeno comum ao país, mas que ganha maior expressão no Alentejo e no Algarve<sup>18</sup>.

No Sul mediterrânico, a mulher, mais afastada do mundo do trabalho que o homem, tinha papel ativo no meio urbano. A administração do agregado familiar levava-a às compras e ao assegurar o tratamento dos assuntos burocráticos, enquanto o homem trabalhava. O domínio da leitura e da escrita era importante para o sucesso no cumprimento destas tarefas<sup>19</sup>.

Por outro lado, o apelo do mundo do trabalho sobre os rapazes era mais precoce numa região onde predominava o trabalho assalariado e onde a ida para o mar estava vedada às raparigas, razão pela qual estavam mais disponíveis para a aprendizagem ao longo da infância. No caso do Algarve, esta seria uma das razões que justificava a procura das escolas por parte das raparigas. Além disso, a atração que o mundo do trabalho exercia sobre os rapazes, assim como a necessidade das famílias quanto ao contributo financeiro dos filhos para o agregado, explicaria o abandono a que a escola era demasiadas vezes votada.

**Figura 2 – Alfabetização feminina (> 7 anos) no Alentejo e no Algarve (1878-1940)**

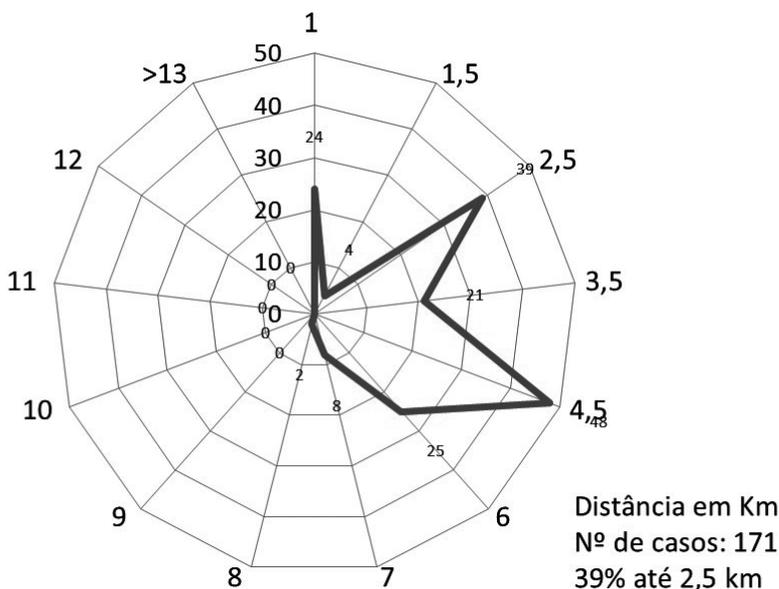


Fonte: INE. Censos para os anos indicados

18. Ramos, Rui – *Op. Cit.*, 1988; Furet, François e Ozouf, Jacques – *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Clavin à Jules Ferry*. Paris: Les Editions du Minuit, 1977.

19. Ramos, Rui, 1988, *Op. cit.*, p. 1089.

**Figura 3 - Distância em relação à escola em duas freguesias do Concelho de Loulé (Almancil e Querença) (1885-1890)**



Fonte: PT-AMLLE-CMLLE-P-F-1-1

O estudo dos recenseamentos de crianças em idade escolar, em depósito no Arquivo Municipal de Loulé, mostra que a alfabetização feminina algarvia, quando longe dos agregados populacionais, não era favorecida (Figura 3). Menos de 40% das crianças recenseadas residia a 2,5 quilómetros de distância em relação à escola. A elevada distância explica a baixa alfabetização: em 1890, em Querença (2.500 habitantes), só 7% dos homens sabia ler e apenas 1,6% das mulheres os acompanhava no domínio dos saberes essenciais. Uma hipótese que podemos formular para explicar a maior alfabetização feminina será a de que a alfabetização média seria beneficiada por taxas mais favoráveis nos núcleos urbanos algarvios<sup>20</sup>.

O Algarve, embora tivesse menos escolas públicas do que o Alentejo, possuía, em 1899, um rácio mais favorável de escolas devido às suas características geográficas<sup>21</sup>. Este dado comprovava que o Algarve era a região mais infraestruturada, nesta área abaixo do Tejo, um facto que, não beneficiando Querença, ou mesmo Almancil, favorecia a acessibilidade das crianças em relação à escola.

Para tentar compreender as razões pelas quais as taxas de alfabetização no Alentejo e no Algarve, no século XIX, não se aproximaram dos valores encontrados para o país, procedeu-se ao estudo da frequência escolar<sup>22</sup>.

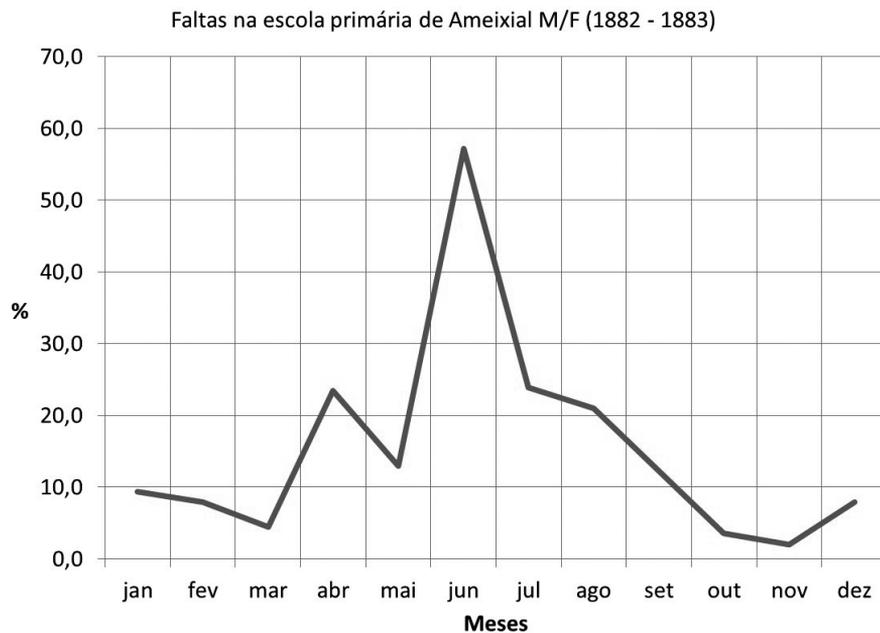
20. Para as freguesias alentejanas de Cabrela, Lavre e Escoural, também elas rurais, 60% das crianças estava nessa condição. Para as raparigas com 7 ou 8 anos não seria fácil percorrer distâncias superiores a 4 km. Cf. Gameiro, Fernando Luís – *Entre a Escola e a Lavoura*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional/ME, 1998.

21. Ramos, Rui – *Op. Cit.*, 1988, pp. 1123-1124.

22. Cf. Gameiro, Fernando Luís – *Op. Cit.*, 1997, pp. 63-73. A documentação utilizada é constituída pelos mapas mensais de frequência, obrigatoriamente preenchidos pelos professores do distrito. Com o objetivo de obter a percentagem de frequência por escola, e a média de frequência mensal do distrito, relacionou-se a matrícula com a frequência. Para tal, combinaram-se freguesias rurais com freguesias urbanas. Deste exercício excluíram-se os cursos noturnos.

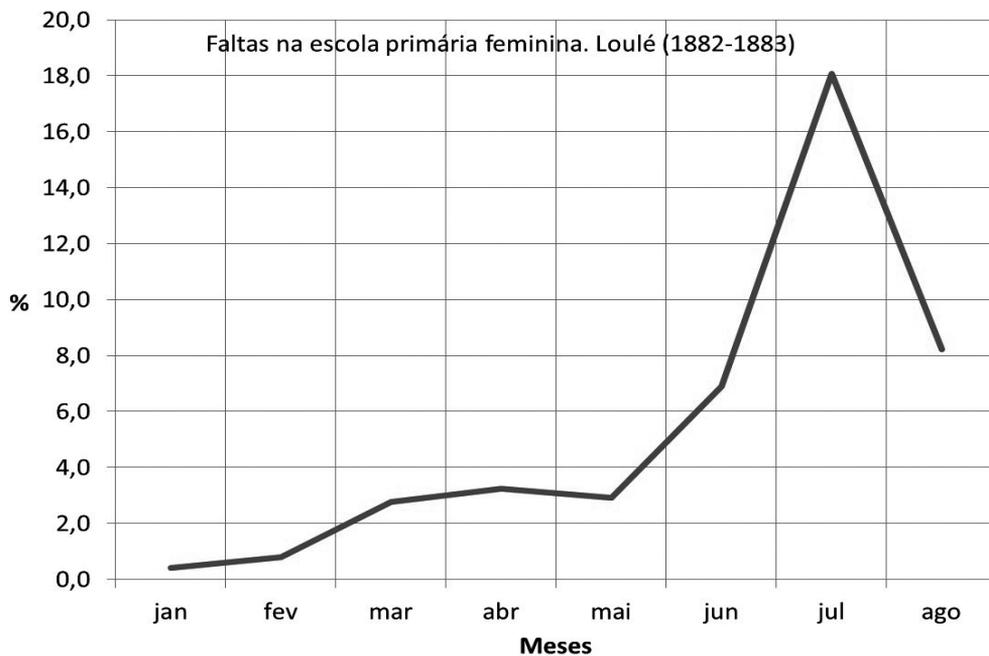
As figuras 4 e 5 mostram o esmagador contraste entre as escolas rurais e as escolas urbanas. A assiduidade é intensa nas escolas da sede do concelho de Loulé e sofrível nas escolas da freguesia de Ameixial.

**Figura 4 – Faltas na escola primária de Ameixial (Loulé) M/F 1882-1883**



Fonte: PT-AMLLE-CMLLE-P-F-1-1

**Figura 5 - Faltas na escola primária feminina de Loulé (1882-1883)**



Fonte: PT-AMLLE-CMLLE-P-F-1-1

Não deve ser esquecido o facto de existir uma enorme disparidade entre as taxas de escolarização femininas e as masculinas. É um fenómeno complexo para o qual convergem muitos fatores. De entre eles, podem ser considerados a extração social das raparigas ou a região em que residiam. Um estudo recente para Espanha mostrou que a disparidade entre a escolarização masculina e a feminina, em meio rural, não se ficou a dever à diminuta procura da educação por parte do sexo feminino. O fator principal terá sido o subfinanciamento, por parte dos municípios, de escolas para raparigas, entregando à iniciativa privada as responsabilidades da instrução feminina. Esta opção elevava substancialmente o custo da instrução para as famílias, afastando muitas raparigas das escolas<sup>23</sup>.

Por outro lado, situações havia em que a oferta seria superior à procura: as referências ao envolvimento dos alunos em geral nas tarefas do campo são abundantes e expressivas na documentação oficial, onde muitas vezes se «lamenta que nos mesmos lugares onde há escolas, alguns pais privem os seus filhos do ensino, tendo-os sempre ocupados nos trabalhos campestres; que outros por desleixo e miséria não os mandem à escola»<sup>24</sup>.

Esta análise relativa ao problema da assiduidade, expressa num relatório oficial, confirmava os lamentos dos docentes que, no terreno, se queixavam da «sofável regularidade» em que se encontrava a frequência escolar.

No Alentejo, as queixas repetiam-se com regularidade, confirmando a atração e a pressão dos pais no sentido de envolverem as crianças nas atividades produtivas. As referências a ocupações agrícolas constataram-se apenas nas localidades periféricas do distrito, claramente inseridas em zonas rurais<sup>25</sup>.

A ajuda que as crianças podiam oferecer aos pais no desempenho de pequenas tarefas, ou o seu envolvimento nas campanhas agrícolas sazonais, terão condicionado o desenvolvimento regular do processo de ensino/aprendizagem.

As características do meio são fatores determinantes para a expansão da instrução. Furet e Ozouf consideram que, para a expansão da instrução num espaço de povoamento concentrado, as sociabilidades encontram-se facilitadas, a comunicação entre as pessoas aumenta, logo o fenómeno de contaminação cultural impõe-se. Em parte do território português, tal como acontecia no Alentejo e no Algarve, o tipo de povoamento não favorecia as condições de vulgarização cultural. Também não parecia estimular as aprendizagens premiando o investimento em educação básica: estes devem ser fatores a ter em conta na explicação da postura por parte da população rural face à instrução popular.

Outro fator a ser considerado é a função desempenhada pelo clero como agente no processo de alfabetização. Esse papel foi um fenómeno esporádico no Sul e tal facto pode contribuir como mais um fator de contraste entre as taxas de alfabetização. Comparado com o Norte cristão, as estatísticas revelam o Sul afastado das igrejas e, simultaneamente, analfabeto. A comunidade cristã estimulou a proximidade com os instrumentos da cultura escrita. Os membros do clero funcionavam como elementos de difusão cultural e a densidade das infraestruturas religiosas no Norte de Portugal era muito mais intensa do que no Sul. A reconciliação do Estado com a Igreja, depois de

---

23. Garcia, Carmen Sarasúa – «El Acceso de Niñas y Niños a los Recursos Educativos en la España Rural del Siglo XIX». In José Miguel Martínez Arrion (ed.) – *El Nivel de Vida en la España Rural, Siglos XVIII-XX*, Alicante: UA, 2002, pp. 578-598.

24. Gomes, Joaquim Ferreira (Ed.) – *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública 1844-1859*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 106-107.

25. A.D.E. N.G.C., Mç. 5, 1880.

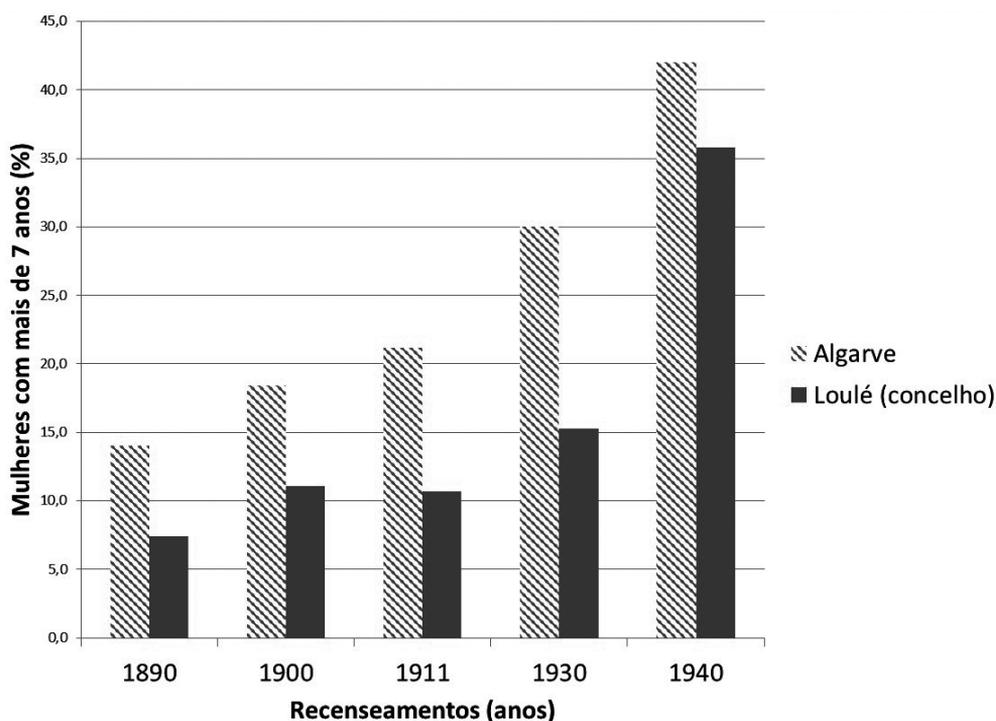
1933, foi um processo que culminaria com a assinatura da Concordata em 1940, numa altura em que o combate ao analfabetismo começou a ganhar contornos de cruzada nacional com o desafio colocado pela alfabetização de adultos<sup>26</sup>.

### A alfabetização por géneros: o caso de Loulé

No caso de Loulé, a historiografia local assinalou o grande aumento do número de escolas na primeira década do século XX, com destaque para as escolas do sexo feminino na sede do município e noutras localidades do concelho<sup>27</sup>. As escolas particulares, em número de cinco, destinavam-se aos filhos e filhas de famílias mais abonadas. Uma delas, a escola do professor Sebastião de Jesus Palma, lecionava o ensino primário e várias disciplinas do curso dos Liceus. O mesmo fazia a escola da professora Ermelinda de Aboim, docente que ministrava aulas particulares a meninas orientadas para a realização dos exames no Liceu de Faro<sup>28</sup>.

Ao nível do concelho, até 1930, os rapazes continuavam a ser mais alfabetizados do que as raparigas. A década seguinte registou um progresso assinalável na alfabetização feminina, que se equiparou à masculina, quando se comparam os resultados do distrito de Faro com os do concelho de Loulé. Os mesmos 5% separam rapazes e raparigas louletanos dos restantes congéneres algarvios.

**Figura 6 - Alfabetização feminina no Algarve e em Loulé (1890-1940)**



Fonte: INE. Censos para os anos indicados.

26. Cf. Ramos, Rui – *Op. Cit.*, 1988, pp. 1091-1092.

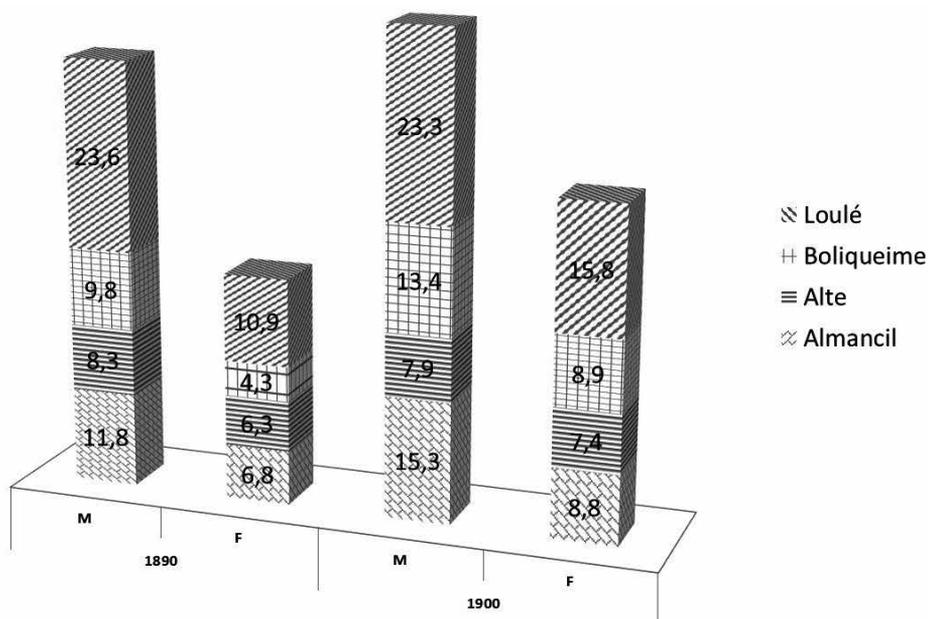
27. Martins, Isilda – *Loulé no século XX*. Colibri: CML, 2001, pp. 221-222.

28. *Idem, ibidem*. p 223.

Se levarmos em linha de conta a historiografia da última década, a subida da alfabetização radicaria no pragmatismo do Estado Novo, um fenómeno que se prolongaria até aos anos de 1950<sup>29</sup>. As políticas dirigidas ao ensino primário pelos governos da 1ª República, cujos resultados foram considerados ineficazes pelos governos da Ditadura e do Estado Novo, ter-se-ão tornado mais pragmáticas depois de 1933. A flexibilidade oferecida pelos novos postos escolares, que não necessitavam de infraestruturas, dotados dos chamados regentes escolares, que apenas deviam saber ler e escrever, dispensava a escola clássica e o investimento na formação do professor do ensino primário.

A estas duas vertentes da intervenção do Ministério da Educação juntar-se-ia o pacto entre o Estado e a Igreja, pondo fim à desconfiança existente entre dois tipos de sacerdotes no período de 1910 a 1926: o professor do ensino primário e o padre<sup>30</sup>.

**Figura 7- Alfabetização M/F. Freguesias de Loulé (1890-1900)**



Fonte: INE. Censos para os anos indicados

Para confrontar esta interpretação com os dados empíricos oriundos dos recenseamentos, descemos ao nível da freguesia, seleccionando os recenseamentos de 1890 e de 1900, por um lado, e os de 1930 e de 1940, por outro. Em relação ao primeiro recorte cronológico (Figura 7), confirmamos a existência de maior percentagem de alfabetizados, tanto masculina como feminina, nas freguesias urbanas de Loulé. Assinala-se, contudo, a distância significativa entre o número de mulheres e de homens que dizem saber ler e escrever, com vantagem para estes últimos: cerca de 12% em 1890 e 7% em 1900.

Nos censos de 1930 e de 1940 (Figura 8), o dado mais relevante, para além do crescimento significativo da população (mais 13% em Loulé e 22% em Almancil em apenas uma década), parece ser o aumento da distância entre a alfabetização feminina

29. Amaral, Luciano – *Educação no período do Estado Novo*. Lisboa: FCG, 2006: Palma, Nuno e Reis, Jaime, 2018, *Op. Cit.*

30. Amaral, Luciano – *Op. Cit.*

e a masculina nas freguesias urbanas: cerca de 13 pontos em 1930, um valor que se cifra nos números de 1890 (12% de diferença entre mulheres e homens).

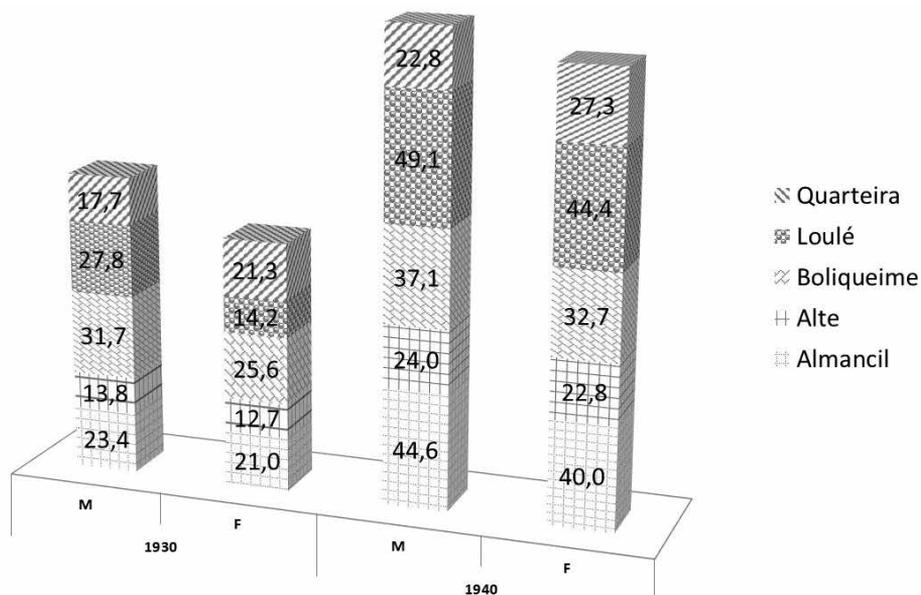
Poder-se-á referir, a título de hipótese, que a coeducação defendida pelo regime republicano poderia afastar as raparigas das escolas, algo que o Estado Novo terá contrariado, aproximando-se do conservadorismo, em matéria de género, que caracterizava a população das zonas periféricas<sup>31</sup>.

Por outro lado, as raparigas tinham uma fileira de formação alternativa ao dispendioso liceu. Pese embora os cerca de 20 quilómetros que separavam Faro de Loulé, o curso de comércio e a via da formação feminina, disponíveis na Escola Industrial e Comercial em Faro, não deixavam de ser um estímulo para as famílias que viam um pouco mais além.

Por exemplo, na Escola Comercial e Industrial Gabriel Pereira em Évora 48% das alunas matriculadas entre 1914 e 1936 eram naturais de concelhos periféricos como Estremoz, Arraiolos ou Sousel, que distam entre 20 e mais quilómetros da capital de distrito<sup>32</sup>. Já no caso do Liceu de Évora, das 448 raparigas matriculadas entre 1888 e 1926 só 178 (40%) eram naturais da cidade<sup>33</sup>. Apesar de, até ao dealbar na 1ª República, o Liceu de Faro não permitir o prosseguimento de estudos, facto que não era uma prioridade para a maior parte das famílias que pretendia a frequência do ensino secundário para as filhas, acolheria também a formação liceal de raparigas dos vários concelhos algarvios.

A freguesia de Almancil, distando menos de 10 quilómetros da sede do concelho, acompanhava a tendência de aproximação entre a alfabetização masculina e feminina. Em Quarteira, no recenseamento de 1940, havia 411 mulheres que diziam saber ler e escrever. Apenas 311 homens as acompanharam em idêntica declaração (Figura 8).

**Figura 8 - Alfabetização M/F. Freguesias de Loulé (1930 e 1940)**



31. Sobre a coeducação em 1919 e em 1927 cf. Araújo, Helena Costa – A batalha em torno da coeducação 1919-1927 [em linha], <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15275/2/84517.pdf> [Consultado em 15.08.2019].

32. Gameiro, Fernando Luís – *Op. Cit.*, 2011.

33. Idem – *Elites e Educação*. Lisboa: Colibri, 2017.

Desta análise sai reforçada a tese do impacto essencialmente urbano que a escola exercia sobre as populações, ou seja, o determinismo *rural* sobre o processo de alfabetização/escolarização.

A chegada do caminho-de-ferro, apesar de a rede ter sido projetada para escoar mercadorias, razão pela qual as estações ficavam distantes do centro das cidades, como era o caso de Loulé, pode ter contribuído para atenuar o obstáculo da distância, sobretudo para o acesso às valências de ensino instaladas na capital de distrito, nomeadamente o Liceu e a Escola Industrial e Comercial<sup>34</sup>.

Mas que influência teria exercido o novo meio de transporte sobre as pequenas localidades do barrocal algarvio, isoladas e distantes, a mais de 4,5 quilómetros em relação à escola? Tratar-se-ia talvez de um caso de propagação cultural impossível.

A solução foi o recurso ao chamado «Método dos Pobres», baixando a qualificação do pessoal ensinante, logo o seu custo, e criando o posto escolar com idêntico objetivo. Contudo, o processo terá permitido que, com a oferta de instrução muito básica, disponível entre 1930 e 1940, o analfabetismo tivesse caído de 73 para 46%. A melhoria foi muito significativa na alfabetização a Sul do Tejo e o Algarve terá sido beneficiado tanto com o aumento do número de escolas como de postos escolares<sup>35</sup>.

### 3 – Trajetórias escolares nos ensinos secundário e superior

O sociólogo francês Leon Poinard visitou a região do Algarve em 1909, tendo produzido um estudo antropológico que seria retomado por Paul Deschamps em 1930<sup>36</sup>. Referiu dificuldades nos meios de transporte que justificavam a estagnação do Algarve. Por outro lado, depois de sublinhar a existência de um tipo de propriedade idêntico ao do Norte, notou a existência de um fluxo migratório de trabalhadores para Espanha e para o Alentejo.

Em Lagos, este sociólogo sublinhou a importância das conservas de peixe para a economia da região. Este facto pode contribuir para justificar a presença significativa de alunos oriundos desse concelho no Liceu de Évora (figura 11). A indústria corticeira, concentrada em Faro e Silves, terá também gerado rendimentos que permitiram a algumas famílias frequentarem o liceu eborense. Em termos de balanço sobre a distribuição da riqueza na região, referiu que «os ricos são raros, mas a pobreza é quase desconhecida»<sup>37</sup>.

Em matéria de alfabetização, Poinard estudou uma família da vila de Conceição, com 1150 habitantes, e dedicada à agricultura. Os filhos trabalhavam no campo. O nível de instrução era baixo e as crianças sabiam ler e escrever um pouco. A restante família era analfabeta. Havia uma escola mista com uma mestra. Também a observação da família Palmeira, em Caldas de Monchique, mostrou o predomínio do analfabetismo rural: a esposa era analfabeta, tal como a maior parte da população da localidade (80% de analfabetos). Existiam escolas gratuitas, insuficientes, mas pouco frequentadas e as práticas religiosas estavam quase ausentes por entre os hábitos da população<sup>38</sup>.

---

34. Simões, João Miguel – *História Económica, social e urbana de Loulé*. Loulé: CML, 2012. p. 89.

35. Cf. Furet, François et Ozouff, Jacques – *Op. Cit.* p. 184; Rui Ramos *Op. Cit.*, 1993, pp. 59-60.

36. Poinard, Léon – *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*, Paris: Bureau de la Science Sociale, 1910.

37. *Idem, ibidem*, p. 130.

38. *Idem, ibidem*, pp. 141-142.

Duas décadas depois, Paul Deschamps encontrava ainda o Algarve isolado em matéria de transportes. Os comboios rápidos circulavam apenas três vezes por semana. De Lisboa a Faro, para percorrer os 289 quilómetros que separava estas localidades, eram necessárias 15 horas de viagem e mais uma para chegar a Vila Real. Porém, um serviço local de camionetas facilitava já a circulação na região. O caminho-de-ferro era de via simples, percorrendo toda a costa<sup>39</sup>.

Cruzando os dados quantitativos com o contexto fornecido pelos testemunhos de Poinsard e de Deschamps, fica claro que os contextos urbanos pareciam favorecer a alfabetização formal. Neste âmbito, compreende-se que o recrutamento dos estudantes liceais, no único liceu do Alentejo e do Algarve que permitia o prosseguimento de estudos até às primeiras décadas do século XIX, o Liceu de Évora, tivesse a matriz nos núcleos urbanos de naturalidade dos estudantes.

Segundo José Cutileiro, para os lavradores alentejanos que enriqueceram com a venda dos bens nacionais na segunda metade do século XIX, a formação dos filhos complementava o sucesso obtido nos negócios e garantia a influência na política e na administração local<sup>40</sup>. Não é difícil transpor para o Algarve algumas das razões que o antropólogo encontrou para a aposta no prosseguimento de estudos por parte dos jovens alentejanos. No século XX, o mérito associado à obtenção de formação de nível superior, nomeadamente nas profissões com relevância social, caso dos médicos e dos advogados, e mesmo a independência económica por via do exercício de uma profissão remunerada acima da média, terá progressivamente pesado nas opções das famílias. Uma via mais económica de obter idêntico efeito era a carreira militar.

Assim, a progressão para o liceu era um sinal de distinção quando o mero domínio da leitura e da escrita já não o era tanto, à medida que se progredia para a segunda metade do século XX. A análise da imprensa permite evidenciar esta constatação. Em Loulé, como nas localidades alentejanas que tinham jornais, no início do século XX, os feitos académicos dos filhos-família eram objeto de notícia potenciada pela mobilidade geográfica representada pelo abandono da localidade de origem. Tratava-se, contudo, de um universo essencialmente masculino<sup>41</sup>.

Não podemos descartar o fator mobilidade social, imaginando que só os filhos-família chegariam ao ensino secundário. Em 1882, uma representação da Câmara Municipal de Lagoa, defendendo a atribuição a Faro de um Liceu Central, estatuto que garantia aos alunos o prosseguimento de estudos, referia, invocando quer a distância que separava Évora de Faro (mais de duzentos quilómetros), quer as complexas acessibilidades relativamente a Lisboa (servidas por um vapor duas vezes por mês), que tendia a «(...) dificultar e encarecer o sacrifício dos pais, a ponto que, em breve, só os filhos dos favorecidos da fortuna podem aspirar à instrução superior e até à secundária e excluir os menos favorecidos, quando são estes que fornecem maior número de alunos, procurando nas habilitações literárias sua fortuna e posição social, e, não raras vezes, a proteção e amparo dos seus»<sup>42</sup>.

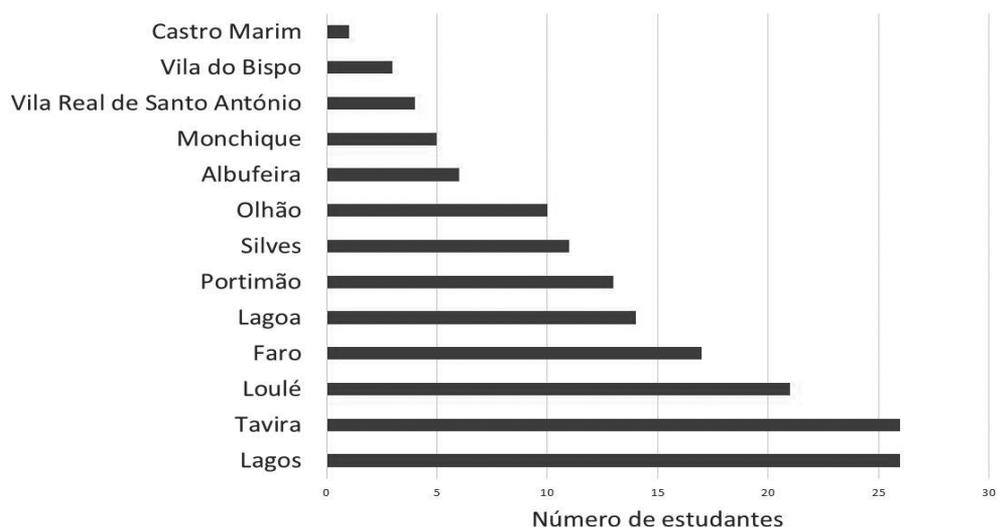
39. Deschamps, Paul – *Le Portugal. La Vie Sociale Actuelle*. Paris: Firmin-Didot, 1934.

40. Cutileiro, José – *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa, 1977, pp. 58-59.

41. Martins, Isilda – *Op. Cit.*, pp. 224-225.

42. Representação enviada ao Parlamento pela Câmara Municipal da Lagoa. *Apud* Adão, Áurea – *As políticas educativas nos debates parlamentares. O caso do ensino secundário liceal*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 67.

**Figura 9 - Prosseguimento de estudos no Liceu de Évora (1841-1926)**  
**Naturalidade - Concelhos**



Fonte: Arquivo do Liceu de Évora. Livro de matrículas para os anos indicados.

A questão do liceu que permitiria o prosseguimento de estudos em Faro foi colocada na Câmara dos Deputados. Em 1882, o problema foi abordado por via da discussão em torno de um projeto, da autoria do deputado Tomás Ribeiro, que dava corpo aos argumentos defendidos pelas representações das câmaras municipais do Algarve. Estas pretendiam para Faro um liceu de primeira classe com um plano de estudos completo. Por outro lado os deputados por Évora argumentavam que o Liceu Central em Évora aproveitava ao Alentejo e ao Algarve sobretudo para os alunos que pretendiam prosseguir estudos.

Em Faro, o Liceu funcionava em condições precárias desde a sua criação, em 1851. O novo edifício, construído de raiz, um projeto de Adão Bermudes, começou a funcionar em 1908, prevendo enquadrar uma população de apenas 200 alunos (o número de alunos liceais não ultrapassou os 50 até ao final do século XIX). À época foi considerado «um desastre escolar e arquitetural», uma situação que se manteve até 1948, altura em que foram construídas as novas instalações.

O novo estatuto do Liceu de Faro implicou um decréscimo da população algarvia que frequentava o Liceu de Évora. Entre 1900 e 1911, matricularam-se 67 alunos oriundos do distrito de Faro. No período que mediou entre 1912 e 1926, apenas 22 o fizeram. Entre 1855 e 1927, 180 estudantes algarvios procuraram a cidade de Évora para frequentarem, ou serem examinados, no Liceu. Lagos, Tavira e Loulé, (Figura 11) foram as localidades com maior contingente<sup>43</sup>.

43. 1920: Lagos, 15883 habitantes; Tavira: 24824; Loulé 44248; Lagoa: 12845 hab. Loulé era o mais populoso dos concelhos representado no Liceu de Évora, mas apenas o 3º no recrutamento de alunos. Cf. Gameiro, Fernando Luís – *Op. Cit.*, 2017.

**Tabela 1 – Naturalidade dos alunos louletanos no Liceu de Évora 1841-1926**

Localidades	Nº
Loulé	18
Quarteira	2
Alte	1
Boliquiteime	1
<b>Total</b>	<b>22</b>

Fonte e metodologia: Fernando Luís Gameiro – *Elites e Educação*. Lisboa: Colibri, 2017, pp. 325-363.

No concelho de Loulé, a esperada presença de alunos oriundos da sede do concelho confirmou-se: 18 casos em 22. Nos quatro casos de que conhecemos a extração ocupacional do pai do aluno, registamos três negociantes e um cirurgião militar.

Quando analisado o recrutamento dos estudantes algarvios, 180 no total, nos 22 casos de que conhecemos as ocupações paternas, verificamos que predominam os pais que se enquadram no grupo «gestores e profissionais altamente qualificados». Já no Liceu de Évora, o recrutamento é maioritário nos grupos 3, 4 e 5 (pais no comércio e serviços), com menores rendimentos<sup>44</sup>.

Entre 1850 e 1915, o Liceu de Évora garantiu a formação a 71 alunos algarvios que prosseguiram estudos em Lisboa ou em Coimbra, representando 25% dos alunos que continuaram a estudar<sup>45</sup>. Estes efetuaram um total de 92 matrículas na Universidade de Coimbra e nas escolas da capital. As instituições de ensino lisboeta foram escolhidas em 66% dos casos e a Universidade de Coimbra em 34%. O fator proximidade, e a concentração das escolas de aplicação militar, parece ter sido determinante para a escolha de Lisboa como cidade de eleição para o prosseguimento de estudos. Esta tendência, embora menos pronunciada, era comum aos estudantes do Liceu de Évora no seu todo<sup>46</sup>.

**Tabela 2 – Prosseguimento de estudos. Alunos naturais do Algarve. Matrículas por instituição de ensino (1850-1915)**

Escolas	Matrículas
Universidade de Coimbra	31
Escola do Exército	10
Escola Politécnica	27
Agronomia/Agricultura	3
Escola Naval	3

44. Gameiro, Fernando Luís – *Op. cit.*, 2017, pp. 365-387.

45. Foram inventariados 288 estudantes oriundos de localidades algarvias matriculados na Universidade de Coimbra (Anuários e ficheiro de alunos); na Escola Politécnica (Livros de Registo de Matrículas); Escolas de Aplicação Militar (AHM); Escola Médico-cirúrgica (Anuários); ISA (Biblioteca); UL (Anuários) cf. Fonte e metodologia: Gameiro, Fernando Luís - *Elites e Educação. Itinerários escolares e percursos profissionais. Alentejo, séculos XIX e XX*. Évora: Universidade de Évora. [Dissertação de doutoramento polic.] p. 559 e seg.; Gameiro, Fernando Luís – *Op. Cit.*, 2017, pp. 365-387.

46. Gameiro, Fernando Luís – *Op. Cit.* pp. 365-387.

<b>Escolas</b>	<b>Matrículas</b>
Instituto Comercial	3
Escola de Guerra	7
Escola Militar	1
Escola Médico-cirúrgica	2
Instituto Superior Técnico	2
Universidade de Lisboa	3
<b>Total de matrículas</b>	<b>92</b>
<b>Total de alunos</b>	<b>69</b>

Fonte e metodologia: Fernando Luís Gameiro – *Op. Cit.* pp., 365-387

Quanto aos alunos naturais do concelho de Loulé que prosseguiram estudos no período considerado, os nomes que mais se notabilizaram foram os de Mendes Cabeçadas e de Barros Capinha, ambos ligados ao movimento republicano.

**Tabela 3 - Concelho de Loulé. Alunos do Liceu de Évora que prosseguiram estudos (1841-1926)**

<b>Nome</b>	<b>Escola</b>	<b>Curso</b>
Carlos de Sousa Leal	Escola Politécnica	Medicina
José Mendes Cabeçadas Júnior	Escola Politécnica	Escola Naval
Joaquim dos Santos Correia	Escola Politécnica	
João José de Sousa Navarro	Instituto Agrícola	Agronomia
António Maria Frutuoso da Silva	Universidade de Coimbra	Direito
Joaquim Cândido Pereira de Magalhães Silva	Universidade de Coimbra	Direito
Jorge de Barros Capinha	Universidade de Coimbra	Medicina

Fonte e metodologia: Fernando Luís Gameiro – *Op. Cit.* pp., 365-387

O caso de Mendes Cabeçadas é bem conhecido devido ao facto de se ter projectado como figura controversa na afirmação e no epílogo da 1ª República. Já Jorge de Barros Capinha é mais conhecido na capital do Alentejo, onde desenvolveu grande parte da sua vida política e profissional, do que na localidade em que nasceu. Em Évora, teve um percurso similar ao de outras figuras locais, como, por exemplo, Santos Garcia ou mesmo Domingos Rosado.

Natural de Loulé, veio transferido do Liceu de Coimbra. Permaneceu em Évora entre 1907 e 1909, envolvendo-se em polémica no contexto da oposição por parte de um grupo de alunos imbuídos dos ideais republicanos, parte dos quais algarvios, em oposição ao corpo docente conotado com a Monarquia. Durante o período liceal, colaborou em diversos jornais, nomeadamente *O Académico*, de que foi fundador e proprietário<sup>47</sup>. Formado em Medicina, regressou a Évora desempenhando importantes

47. *O Académico. Órgão da Academia* / ed. e propriedade Manuel Ventura, dir. Jorge Barros Capinha. Faro: M. Ventura, 1905.

cargos na política local. Entre 1919 e 1920, foi Presidente da Câmara Municipal de Évora, após o que desempenhou os cargos de Governador Civil de Évora (1924-1925) e de Provedor da Casa Pia e da Misericórdia.

Como muitos políticos republicanos, manteve uma vida profissional ativa: abriu consultório na cidade e procurou criar público, divulgando a sua mais-valia profissional. Com esse intuito, utilizou a imprensa, na qual fez publicar, de forma sistemática, anúncios que destacavam a experiência obtida em hospitais e clínicas francesas. As suas opções em matéria profissional garantiram-lhe uma clínica de sucesso, inspirada nas práticas dos grandes nomes da medicina portuguesa como Egas Moniz<sup>48</sup>.

Para além do exercício como clínico, lecionou também na Escola Normal, uma das instituições dominadas pela elite política, no quadro da importância que os republicanos atribuíam à escola enquanto instituição formadora de cidadãos.

#### 4 - Conclusão

Entre 1878 e 1940, as características socioeconómicas do Alentejo e do Algarve determinaram a aproximação entre as taxas de alfabetização masculina e feminina. Contudo, os reduzidos níveis de alfabetização tenderam a concentrar o grupo dos indivíduos que sabiam ler e escrever nos centros urbanos, em particular nas sedes dos concelhos.

O prosseguimento de estudos no ensino secundário era encaminhado para Faro, ao nível do curso geral, e para Évora, cujo liceu dispunha do curso complementar que permitia, em muitos casos, o prosseguimento de estudos. As raparigas, que registaram um notável desempenho em matéria de alfabetização, quando comparadas com os homens, não acompanharam os seus congéneres masculinos nas viagens para Évora ou para Lisboa. Nesta última cidade, encontravam-se as escolas mais procuradas pelos estudantes que prosseguiam estudos depois de concluído o ciclo secundário.

Loulé, cujos habitantes acompanharam as tendências do Algarve em matéria da proximidade entre homens e mulheres que sabiam ler e escrever, enviou para o Liceu de Évora duas dezenas de alunos entre 1855 e 1927. Destes, sete prosseguiram estudos. De entre eles conta-se um republicano de referência: Jorge Barros Capinha.

48. Lista organizada nos termos do artº 52º da Lei eleitoral de 3 de julho de 1913 ADE, NGC, s/c; 1932 «Dr. Jorge Capinha Médico Cirurgião com prática das clínicas de Paris Hospitais e faculdades de medicina de Bordéus, operações, electricidade médica e raios X, tratamentos especiais à sífilis, doenças venéreas, tuberculose bronquite asmática, varizes etc. Internato para doentes e consultas diárias. Rua Serpa Pinto, 19 a 22. Évora, telefone 117». Cf. *Álbum Alentejano*. Évora, p. 398. Cf. Antunes, António Lobo – *Egas Moniz – uma biografia*. Lisboa: Gradiva, 2010. A manutenção do funcionamento da Escola Normal foi uma das preocupações tanto dos deputados republicanos, com ligações à cidade, caso de Júlio do Patrocínio Martins (*O Cidadão* 30-11-1912), como também da Câmara Municipal de Évora. ADE, NCM, Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora, 1914, Livro nº 807, 12-03-1914 (intervenção do vereador e farmacêutico José Dordio Rebocho Pais, que em 1915 passaria a desempenhar funções docentes na Escola Industrial Gabriel Pereira ao mesmo tempo que assumia a Presidência da Câmara Municipal, cf. *O Cidadão*, 88, 4 de janeiro de 1915).

## BIBLIOGRAFIA

Adão, Áurea - *As políticas educativas nos debates parlamentares. O caso do ensino secundário liceal*. Porto: Afrontamento, 2002.

Amaral, Luciano - *Educação no período do Estado Novo*. Lisboa: FCG, 2006.

Araújo, Helena Costa - A batalha em torno da coeducação 1919-1927 [em linha], <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15275/2/84517.pdf> [Consultado em 15.08.2019].

Cascão, Rui, e Vaquinhas, Irene - «Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa». In José Mattoso (dir) - *História de Portugal*. Vol V, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

Cutileiro, José - *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

Deschamps, Paul - *Le Portugal. La Vie Sociale Actuelle*, Paris: Firmin-Didot, 1935.

Furet, François e Ozouf, Jacques - *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Les Editions du Minuit, 1977.

Gameiro, Fernando Luís - «A alfabetização no Alentejo. Um estudo de caso». In *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2 (1933), Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 69-85.

Idem - *Entre a Escola e a Lavoura*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional/ME, 1998.

Idem - *Com Engenho e Arte*. Lisboa: Colibri, 2011.

Idem - *Elites e Educação. Itinerários escolares e percursos profissionais. Alentejo, séculos XIX e XX*. Évora: Universidade de Évora, 2014. [Dissertação de doutoramento policopiada].

Idem - *Elites e Educação*. O liceu de Évora. Lisboa: Colibri, 2017.

García, Carmen Sarasúa - «El Acceso de Niñas y Niños a los Recursos Educativos en la España Rural del Siglo XIX». In José Miguel Martínez Arrion (ed.) - *El Nivel de Vida en la España Rural, Siglos XVIII-XX*, Alicante: UA, 2002, pp. 578-598.

Gomes, Joaquim Ferreira (Ed.) - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública 1844-1859*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, 1985.

Graff, J. H. - *The Literacy Myth: Literacy and Social Structure in the Nineteenth Century*. New York: Academic Press, Inc., 1979.

Martins, Isilda - *Loulé no século XX*. Colibri: CML, 2001.

Palma, Nuno - «Terá o Estado Novo deixado um país de analfabetos?». In *O Eco* [em linha] <https://eco.sapo.pt/opiniao/tera-o-estado-novo-deixado-um-pais-de-analfabetos/> [Consultado em 15.08.2019].

Perkin, Harold - *The Rise of Professional Society. England Since 1880*. London: Routledge, 1999.

Poinsard, Léon - *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*, Paris: Bureau de la Science Sociale, 1910.

Reis, Jaime - *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Ramos, Rui, - «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo». In *Análise Social*, vol XXIV, (103-104), 1988, (4º-5º), 1067-1145.

Idem - «O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX)». In *Colóquio Educação e Sociedade*, nº2, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Simões, João Miguel - *História Económica, social e urbana de Loulé*. Loulé: CML, 2012.